



Subcomissão da Verdade apoia punição a crimes da ditadura

Atos de tortura, sequestro e homicídio cometidos por agentes da repressão não podem ficar impunes, segundo campanha que pede revisão da Lei da Anistia

Em sessão especial do Senado sobre os 50 anos do golpe que resultou em duas décadas de ditadura militar no Brasil, João Capiberibe anunciou apoio à coleta de assinaturas para o cancelamento da anistia a

crimes cometidos durante o regime militar.

Entidades de direitos humanos lembram que tortura é imprescritível e que crimes como os atentados contra a OAB e no Riocentro, em 1980 e 1981, são posteriores à lei de 1979. **5**

Os 50 anos do golpe foram lembrados em sessão com Marcos Magalhães, Janete Capiberibe, Waldir Pires, João Capiberibe, José Maria Rabêlo e Luiz Cláudio Cunha



Gerardo Magela/Agência Senado

Violência contra jornalistas será debatida em audiência hoje **4**

Proteção a intercambistas está pronta para ser votada **7**

Senadores discutem oferta de água do Rio São Francisco **3**

Comissão vota prazo de 180 dias para registro de patentes **6**

Base governista procura evitar instalação da CPI da Petrobras **2**

especial Cidadania

Por quanto tempo manter recibos e comprovantes?

Para o caso de ser cobrado por uma dívida já paga, é preciso guardar recibos, contas, boletos e notas fiscais até a prescrição. **8**



Comissão de Direitos Humanos, presidida pela senadora Ana Rita, debate atuação policial em comunidades carentes

Pedro Franco/Agência Senado

Especialistas pedem lei contra abuso policial

Em audiência na CDH, debatedores vincularam a ação da PM nas periferias a práticas da ditadura. Eles defenderam o fim dos “autos de resistência”, que encobririam violência policial. **4**

Secom | Criação e Marketing



Comissão de Educação, Cultura e Esporte



Audiência Pública
As novas fronteiras do conhecimento

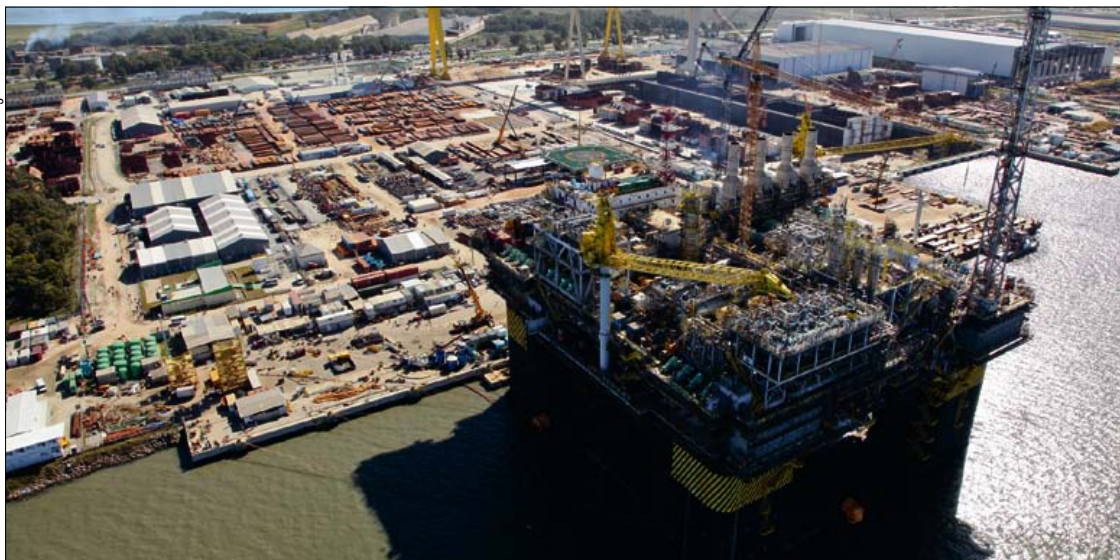


2 de abril de 2014 | 14h
Ala Senador Alexandre Costa, sala 15



Caso assinaturas não sejam retiradas e o requerimento de instalação seja lido hoje, como deseja a oposição, senadores governistas pretendem incluir denúncias de fraudes em São Paulo e em Pernambuco

Agência Petrobras



Governistas trabalham para que CPI não se limite às atividades da Petrobras, como a construção de plataformas de petróleo

Governo busca estratégia para evitar CPI da Petrobras

OS LÍDERES DOS partidos que apoiam o governo reuniram-se ontem para definir opções que impeçam a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a Petrobras no Senado e no Congresso. Em reuniões no Palácio do Planalto, foram debatidas maneiras de convencer alguns dos 28 senadores que assinaram requerimento de criação da CPI a retirarem as assinaturas. Uma CPI precisa do apoio de um terço da Casa (27 senadores) e a instalação deve acontecer após a leitura do pedido no Plenário, mas não há prazo. A expectativa da oposição é de que o documento seja lido hoje.

Parlamentares da base pretendem, se não houver como conter a CPI, adicionar à investigação denúncias de fraudes na compra de trens em São Paulo — reduto do PSDB, que tem como pré-candidato à Presidência da República o senador Aécio Neves (MG) — e em licitações do Porto de Suape, em Pernambuco — estado governado por Eduardo Campos, pré-candidato pelo PSB.

Líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE) disse ser preciso avaliar “a conveniência da ideia de ampliar os objetivos da CPI”. Embora licitações em São Paulo e Pernambuco sejam assuntos distantes em

relação à compra de uma refinaria em Pasadena (EUA) pela Petrobras, Humberto garante que há precedentes no Supremo Tribunal Federal que indicariam a possibilidade de juntar tudo na mesma CPI.

A proposta não agrada Raulo Rodrigues (PSOL-AP), para quem a CPI da Petrobras tem de ser focada na empresa. Ele classificou a iniciativa do governo de “infantil” e afirmou que, se os senadores da base do governo quiserem, poderá trabalhar por outra investigação nos contratos da prefeitura paulista e ele será o primeiro signatário do novo pedido.

— O que não pode é juntar tudo na CPI da Petrobras. Há espaço para outras CPIs, façamos novas. O que não dá é, a esta altura, o governo tentar conturbar um instrumento sério de investigação com troca-troca de acusações.

Comissão mista

Humberto diz que uma CPI sobre a refinaria seria uma maneira de “abrir espaço de disputa político-eleitoral”.

— Até que haja a leitura, vamos continuar trabalhando para que retirem as assinaturas — disse o líder do PT.

Para Raulo, quem retirar o nome a pedido do governo estará sujando a biografia. Como a oposição na Câmara

também já conseguiu o número regimental de assinaturas, Raulo aposta na instalação de uma CPI mista.

A possibilidade de uma CPI apenas na Câmara é praticamente descartada pelo governo, uma vez que há uma lista de outros requerimentos de instalação não lidos e eles teriam, portanto, preferência.

Na Câmara, a oposição conseguiu 178 assinaturas, 7 a mais que o mínimo necessário, segundo informações da liderança do PPS. Hoje, deputados e senadores se reunirão com objetivo de unificar em um só documento o pedido de CPI.

Humberto frisou que, ainda que seja instalada, uma CPI que investigue a Petrobras terá dois governistas nas posições-chave da investigação ao governo e à presidente Dilma — que presidia o Conselho de Administração da Petrobras, que autorizou a compra da refinaria em Pasadena a um preço que seria muito maior que o de mercado. Por maioria, PT e PMDB poderão indicar presidente e relator, os cargos mais importantes da CPI.

— É muito provável que o presidente e o relator sejam desses dois partidos. Mas isso não significa nenhum tipo de blindagem, apenas que se está cumprindo a norma regimental — afirmou.

Câmaras municipais começam oficinas técnicas no Interlegis

O Interlegis aplica nesta semana duas oficinas técnicas para servidores de câmaras municipais. As oficinas de Portal-Modelo e Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) vão até sexta-feira, em Brasília. São cursos presenciais completos e gratuitos, com foco no cumprimento das Leis de Transparência e de Acesso à Informação.

Na primeira etapa, os instrutores vão capacitar os servidores para administrar os portais de internet. O Portal-Modelo é uma ferramenta que não re-

quer grandes conhecimentos técnicos e pode ser adaptado à realidade e às necessidades de cada câmara. Ele também pode ser hospedado no Interlegis, sem custos, sob o domínio .leg. Na segunda etapa, os instrutores vão tirar dúvidas sobre o SAPL, também gratuito, que possibilita a informatização dos processos nas casas legislativas.

Segundo os participantes, o apoio do Interlegis evita gastos com o pagamento de empresas privadas que prestam serviços de informática.



Divulgação IIB

O curso reúne em Brasília funcionários de câmaras municipais de todo o país

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Estabilidade no trabalho

14h Na pauta, projeto que estende a estabilidade do emprego a quem tiver a guarda de recém-nascido.

PRESIDÊNCIA Posses de ministros

11h Renan Calheiros participa das posses de Ricardo Berzoini na Secretaria de Relações Institucionais e de Ideli Salvatti na de Direitos Humanos; às 15h30, recebe a senadora Ana Rita e a coordenação do Prêmio Ibero-Americano de Direitos Humanos. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Fogos de artifício

8h30 Projeto que disciplina a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício nacionais e importados está na pauta.

CDH Violência contra jornalistas

8h30 A violência contra os profissionais da comunicação é tema de debate na Comissão de Direitos Humanos.

CCT Computadores no Minha Casa

9h Na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, projeto que inclui equipamentos de informática e livros em cada moradia do Minha Casa, Minha Vida.

CCJ Reforma do Código Penal

9h Audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir o projeto que trata da reforma do Código Penal.

CAE Substituição tributária proibida

10h Projeto que veda a aplicação da substituição tributária aos optantes do Simples Nacional consta da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

CI Indicação para a Antaq

10h Em análise na Comissão de Infraestrutura, a indicação de Adalberto Tokarski para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

CE Intercâmbio mais seguro

11h A Comissão de Educação examina projeto que visa dar mais segurança a estudantes ou trabalhadores que fazem intercâmbio em outros países.

CRE Quatro novos embaixadores

14h A Comissão de Relações Exteriores vota indicações de embaixadores para Eslovênia, Tailândia, Camboja e Laos, Burkina Fasso e Tonga.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Vanessa defende participação da mulher na política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu o aumento da participação da mulher na política brasileira por meio de políticas públicas que incentivem as candidaturas femininas. Ela lembrou que o Poder Legislativo no Brasil tem menos de 9% de mulheres, índice que “envergonha o país”.

— Algo mais forte tem que ser feito desde a escola até a legislação, porque nós não podemos viver em uma socie-

dade que não trate de forma igual homens e mulheres. Uma democracia também se mede por aí — afirmou.

A senadora também comentou pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a violência contra a mulher. Ela citou os avanços da legislação brasileira na proteção às mulheres, mas lamentou que os números sobre violência sexual no país continuem “assustadores”.

— A pesquisa indica um período em que, de 527 mil mulheres, adolescentes e crianças que foram estupradas, somente 10% dos casos chegaram ao conhecimento da polícia. Somente 10% dos casos! É muito grave!

Vanessa ressaltou que, segundo a pesquisa do Ipea, 88,5% das vítimas de violência sexual no Brasil são mulheres e 50,7% são crianças de até 13 anos de idade.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, a reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e às 10h, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Audiência pública discute problemas do São Francisco

Aberto à participação do cidadão, debate reunirá especialistas e dirigentes governamentais e abordará, entre outros problemas, a redução da vazão do rio e os efeitos na oferta de água na Região Nordeste

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove audiência pública amanhã, a partir das 9h, com o objetivo de debater a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água na bacia hidrográfica e a queda dos valores dos royalties transferidos aos municípios do sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

A audiência pública foi requerida pelo presidente da CDR, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Foram convidados a participar: o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino; e o presidente da Chesf, Marcos Aurélio Madureira da Silva.

Há alguns anos, vários problemas de natureza social e econômica vêm afetando o percurso natural do Rio São Francisco, como o assoreamento, o desmatamento das várzeas, a poluição, a pesca predatória, as queimadas, o garimpo e a irrigação.

As águas do rio geram



Obras da integração do São Francisco pretendem atender 12 milhões de pessoas

energia elétrica para todo o Nordeste e para parte do estado de Minas Gerais, por meio das Hidrelétricas de Paulo Afonso, Xingó, Itaparica, Sobradinho e Três Marias.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, também conhe-

cido como transposição, foi iniciado em 2007. Com final previsto para 2015, a obra já consumiu R\$ 4,5 bilhões dos R\$ 8,2 bilhões estipulados inicialmente. O objetivo é levar água potável a 12 milhões de pessoas em 390 cidades do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDRvelhoChicoEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDRvelhoChicoAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CDRSenado #VelhoChico #Chesf	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Recursos para áreas afetadas por desastres

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 631/2013 deve votar hoje o relatório sobre a medida, que libera recursos para áreas atingidas por desastres. A discussão foi suspensa na quarta-feira, após pedido de vista coletiva. A MP tem validade até quinta-feira, mas pode ser prorrogada por 60 dias.

A proposta permite o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em obras para enfrentar desastres naturais. Também determina o fluxo orçamentário e financeiro dos recursos para ações de prevenção em áreas de risco de desastres, assim como a disponibilidade já prevista para serviços e

obras de reconstrução.

A MP 631/2013 prevê o repasse dos recursos fundo a fundo, semelhante ao já aplicado às dotações do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida também recupera o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), agora apenas com recursos federais.

Comissão estuda aumento do Garantia-Safra

A comissão de deputados e senadores que analisa a Medida Provisória 635/2013 deve decidir hoje se ouvirá representantes dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário sobre a ampliação de parcelas do Garantia-Safra. O seguro é destinado aos agricultores familiares de municípios que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e que tenham perdido pelo menos 50% da produção de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão devido a falta ou a excesso de chuva.

As parcelas adicionais, no valor de R\$ 155 mensais por família, beneficiarão, a partir de maio, 686 mil agricultores familiares de 664 municípios

que perderam a safra 2012-2013 em razão da seca.

A MP 635 chegou ao Congresso em 27 de dezembro, recebeu 24 emendas e já se encontra em urgência constitucional (tranca a pauta do Plenário da Casa onde estiver tramitando). Ela perderá a validade quinta-feira, a não ser que seja prorrogada por mais 60 dias, o que deve acontecer, uma vez que a comissão mista ainda não emitiu o parecer, que será votado primeiro na Câmara e depois no Senado.

Perdas

O pagamento das parcelas adicionais tem caráter excepcional e será feito depois dos pagamentos dos benefícios

para a safra 2012-2013. O número de parcelas do adicional fica limitado ao número de meses entre o último pagamento regular do Garantia-Safra para a colheita 2012-2013 e abril de 2014. Essas parcelas extras serão custeadas pela União, por meio do Fundo Garantia-Safra. O Ministério do Desenvolvimento Agrário estima que o adicional custará R\$ 312,5 milhões.

A MP 635 também aumenta o auxílio emergencial financeiro, em parcelas de R\$ 80 mensais por família, até abril de 2014, para atender excepcionalmente desastres ocorridos em 2012 cujas consequências se estendam até 2014.

Collor critica burocracia e cobra investimentos urgentes

Ao comentar os resultados do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, o senador Fernando Collor (PTB-AL) reconheceu que é muito complexo o processo da busca por soluções para os problemas crônicos que o país enfrenta. Ele criticou a burocracia e destacou que o chamado custo Brasil apenas reflete as deficiências do país.

De acordo com o senador, a demanda por serviços vem aumentando. Assim, rodovias, portos, mobilidade urbana, saneamento básico e matriz energética são setores que precisam de investimentos urgentes.

— Sem transporte, a economia não anda. Sem energia e combustível, ela se apaga e para. Da mesma forma que, sem telecomunicações, ela se cala. E sem saneamento, ela adoce — alertou o parlamentar.



Collor destaca resultados do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura

Para Fernando Collor, é possível perceber que o Brasil avança, a despeito de todas as dificuldades.

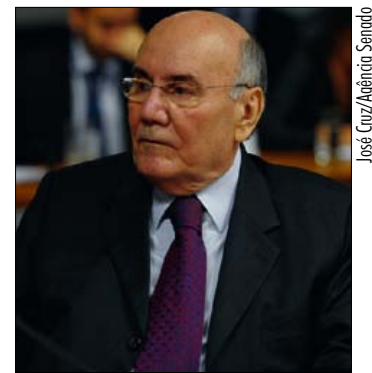
— O Brasil carece, acima de tudo, de bom senso, razoabilidade e realismo em praticamente todas as áreas da administração pública, a começar pelos setores de licenciamento, fiscalização e controle, que não raro têm trazido enormes prejuízos ao país — afirmou.

Liberação de hidrelétricas de até 3 mil KW pode ser votada hoje

A Comissão de Infraestrutura (CI) analisa hoje projeto de lei que incentiva instalações elétricas de menor porte, com potência de até 3 mil quilowatts (KW). O projeto (PLC 1/2014) regulamenta a autorização para pequenas centrais hidrelétricas e a dispensa dela no caso das termelétricas.

A proposta autoriza o aproveitamento de potenciais hidráulicos de até 3 mil KW com apenas uma comunicação ao poder concedente, sem necessidade de concessão, autorização ou permissão, exigidas hoje para o aproveitamento de potenciais hidráulicos de até 1 mil KW. O texto também muda a Lei 9.427/1996 para autorizar o aproveitamento de potencial hidráulico entre 3 mil KW e 50 mil KW, destinado à produção independente ou autoprodução.

Em parecer favorável, o



Flexa, relator, diz que apagões mostram fragilidade do sistema

relator na CI, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), lembrou que, nos últimos anos, a frequência dos apagões mostrou a fragilidade do sistema elétrico brasileiro. Para ele, a aprovação da medida teria um duplo efeito positivo: aumentaria a potência instalada e distribuiria geograficamente a geração, de forma a reduzir a dependência atual das longas linhas de transmissão.

(Com informações da Agência Câmara)

Indicado à direção da Antaq será sabatinado amanhã

A Comissão de Infraestrutura (CI) analisa amanhã a indicação de Adalberto Tokarski para exercer o cargo de diretor na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Nascido na cidade de Barbosa Ferraz (PR), Tokarski se formou em engenharia civil pela Universidade Católica de Goiás em 1986. O indicado foi nomeado gerente de Desenvolvimento e Regulação da

Navegação Interior da Antaq em 2006 e, desde agosto de 2011, ocupa o cargo de superintendente de Navegação Interior da agência.

A Antaq, criada pela Lei 10.233/2001, tem por objetivo regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária.

Para participantes do debate “Desaparecidos da democracia”, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, agentes do Estado ainda atuam segundo normas do regime de exceção

Audiência vincula ação da PM a práticas da ditadura

CINQUENTA ANOS DEPOIS do golpe militar, resquícios do regime de exceção ainda estão presentes no país, principalmente na atuação das polícias militares em favelas e periferias de grandes cidades. A questão foi levantada durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o tema “Desaparecidos da democracia”.

Casos como o do servente de pedreiro Amarildo Souza (Rio de Janeiro) e do auxiliar de serviços gerais Antônio Araújo (Distrito Federal), que teriam desaparecido após abordagens policiais, foram mencionados como exemplos dos abusos. Também foi citado o episódio envolvendo a auxiliar de serviços gerais Cláudia Silva Ferreira. Após ser baleada durante uma operação da PM no subúrbio carioca de Madureira, ela foi levada no com-

partimento traseiro de uma viatura até o hospital. No meio do trajeto, a porta abriu-se e Cláudia foi lançada para fora, ficando presa à viatura pela roupa. Ela foi arrastada por 350 metros, cena registrada em celular por um motorista e depois exibida pelo jornal *Extra*. Até o momento, ainda há dúvidas sobre se Cláudia morreu em razão dos disparos ou da queda do camburão.

— Não só temos os desaparecidos, mas temos as pessoas que são executadas sumariamente pela polícia, que exerce os papéis de investigador, promotor, defensor, juiz e executor, inclusive de uma pena que é proibida pela Constituição, que é a pena de morte. Isso ocorre especialmente com adultos em situação de vulnerabilidade — afirmou o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios.

Segundo o procurador, a

estrutura das polícias militares reproduz em grande parte o funcionamento dos órgãos de repressão da ditadura, o que também pôde ser observado na atuação dos agentes públicos durante manifestações de rua que aconteceram no ano passado.

— As execuções continuam sendo feitas e o sistema se protege, as pessoas se protegem, especialmente os policiais que cometeram as execuções e os desaparecimentos — declarou Rios.

O defensor público-geral federal, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, assinalou ser uma contradição que, em plena democracia, pessoas desapareçam por obra do Estado.

— Não há como aceitar essa situação. Casos como o do Amarildo, que é emblemático, para a gente é uma situação vergonhosa — disse Córdova.



Pedro Franco/Agência Senado

André Mendes e Armando Quadros elogiaram projeto sobre desaparecidos

Propostas em tramitação visam reduzir abuso policial

A aprovação do Projeto de Lei 4.471/2012, que cria regras para a apuração de mortes e lesões decorrentes das ações de agentes do Estado, pode ser um dos mecanismos para evitar abusos de policiais durante abordagens, segundo participantes da audiência pública promovida ontem pela CDH.

— É importante que a Câmara e o Senado envidem todos os esforços para a aprovação da lei com a maior brevidade possível — disse a presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES).

Segundo o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, os autos de resistência são comumente usados para encobrir homicídios.

O projeto acaba com o chamado auto de resistência, que autoriza os agentes públicos a usarem os meios necessários contra pessoas que resistam à prisão em flagrante ou em cumprir ordem judicial. O texto também obriga a preservação da cena do crime e a perícia e coleta

de provas imediatas, além de determinar a abertura de inquérito para apuração do caso e vetar o transporte das vítimas pelos agentes, que devem chamar socorro especializado.

Desaparecidos

Durante a audiência, foi apresentado projeto de uma base de dados única sobre pessoas desaparecidas. O coordenador da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização do Ministério da Justiça, Armando Quadros, disse que a localização de desaparecidos poderá aumentar e todos os estados terão o serviço.

Quadros e o coordenador-geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, André Fagundes Mendes, elogiaram proposta de Cristovam Buarque (PDT-DF) para obrigar emissoras de televisão a exibirem fotos de desaparecidos por pelo menos um minuto durante o horário nobre.



Aurélio Rios, Haman Moraes e Córdova e Ana Rita discutem a cultura da violência praticada por agentes do Estado

Senado discute violência contra profissionais de comunicação

Com cinco jornalistas mortos no ano passado, o Brasil superou o México e se tornou o país com o maior número de profissionais da imprensa mortos em 2013 nas Américas, segundo relatório da ONG internacional Repórteres sem Fronteiras (RSF). A pedido de Paulo Paim (PT-RS), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza, a partir das 8h30 de hoje, audiência para debater o problema.

Milícias armadas, traficantes e até mesmo oligarquias políticas e fundiárias são ameaças ao exercício da atividade

jornalística no Brasil. De junho do ano passado para cá, um outro fator de risco surgiu: as manifestações populares. Foi numa delas que o repórter cinematográfico da TV Bandeirantes Santiago Andrade morreu ao ser atingido na nuca por um rojão, no centro do Rio de Janeiro, em fevereiro deste ano. No mesmo mês, os assassinatos de dois jornalistas, em municípios no interior do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, aumentaram a insegurança entre os profissionais e provocaram protestos de entidades de classe.

Debate sobre Código Penal com tribunais superiores começa hoje

Começa hoje uma série de audiências na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o projeto de José Sarney (PMDB-AP, foto) que reforma o Código Penal (PLS 236/2012). O debate foi pedido pelo relator da proposta e presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), para saber a visão dos membros dos tribunais superiores sobre o assunto.

A primeira audiência é com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Felix Fischer. Na sequência, serão ouvidos o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coelho; e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Vital também decidiu reenviar o convite para participação

do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, na série de audiências. Barbosa acumula a função com a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas Pedro Taques (PDT-MT) — relator na comissão especial que analisou o projeto — defende que o ministro fale no debate em nome do STF, designando-se assim outro representante do CNJ.

O projeto resultou do trabalho de comissão de juristas criada em 2011 e tramita em conjunto com mais 131 projetos do Senado e 9 da Câmara. No final de 2013, o texto foi aprovado por uma comissão especial na forma de substitutivo de Taques que sugere penas maiores para crimes contra a vida, aumenta o rol de crimes hediondos e torna mais rigorosa a progressão de penas.

Proposta amplia penas para crimes cometidos durante manifestações

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e x a m i n a amanhã, em votação final, projeto (PLS 508/2013) que altera o Código Penal para reprimir crimes em manifestações, com agravante na pena para o uso de máscara.

Após classificar como “demasiadamente amplo” o texto original de Armando Monteiro (PTB-PE), o relator, Pedro Taques (PDT-MT, foto), apresentou um substitutivo que aumenta as penas caso os crimes sejam cometidos em manifestações. O substitutivo considera homicídio qualificado, com prisão de 12 a 30 anos, o cometido em manifestações. Lesão corporal também poderá ter um acréscimo de 50%, e dano ao patrimônio terá prisão de 2 a 5 anos, mais multa.



Gerardo Magela/Agência Senado

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHviolenciaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHviolenciaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CDHSenado #Violência #Jornalistas	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Em sessão sobre os 50 anos do golpe, Capiberibe anuncia coleta de assinaturas para que tortura, sequestro e homicídio cometidos pelos agentes da ditadura não fiquem impunes

Subcomissão vai apoiar campanha pela revisão da Lei de Anistia



A SUBCOMISSÃO DA Verdade do Senado vai participar da campanha promovida pela Anistia

Internacional pedindo a revisão da Lei de Anistia, informou ontem João Capiberibe (PSB-AP), durante sessão especial do Senado que marcou os 50 anos do golpe militar de 1964. A partir de 1º de abril e durante 50 dias, serão coletadas assinaturas on-line a favor da revisão da lei, editada ainda na ditadura, em 28 de agosto de 1979.

Participaram da sessão o consultor-geral da República no governo Jango e ex-deputado Waldir Pires, atual vereador em Salvador; o jornalista e exilado político José Maria Rabêlo; a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP); e o jornalista Luiz Cláudio Cunha, que desvendou a Operação Condor, um conluio entre aparatos repressivos no Cone Sul.

Capiberibe é o relator, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), de projeto de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que torna sem efeito a anistia no que se refere a crimes cometidos pelos agentes da repressão.

O objetivo da proposta é superar o entendimento, já adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que crimes como tortura, sequestro e homicídio sejam conexos a crimes políticos e, portanto, abrangidos pela Lei de Anistia.

— A Lei da Anistia é de 1979. Foi aprovada, não como um resultado da campanha por anistia ampla geral e irrestrita,



Waldir Pires, João Capiberibe, José Maria Rabêlo, Luiz Cláudio Cunha e Pedro Simon participam da sessão especial

mas como uma imposição do regime militar, e objetivou só um intento: atender aos interesses do regime naquele momento, que, vendo o horizonte de abertura, queria anistiar os que cometeram crimes durante a ditadura — afirmou Randolfe, citando o coronel reformado Paulo Malhães, que, em depoimento à Comissão da Verdade, no Rio de Janeiro, admitiu ter torturado, matado e ocultado cadáveres de opositores do regime.

Crimes após a lei

Embora o STF tenha se manifestado pela manutenção da lei, entidades de direitos humanos lutam pela revisão da anistia. Alegam que o crime de tortura é imprescritível, conforme tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Argumentam também que houve crimes cometidos pelos órgãos de repressão após a Lei da Anistia. É o caso dos atentados contra a OAB e ao

Riocentro, em 1980 e 1981.

— Todos os torturadores da ditadura militar precisam ser punidos, para que nós possamos dar um basta à impunidade e refletir que ela não é um caminho para se construir a justiça social — disse a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES).

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou a postura das Forças Armadas, que se recusam a reconhecer os atos praticados por militares em serviço.

— A história do Brasil ainda está sequestrada pelo fato de que as nossas Forças Armadas se negam a dizer com clareza que foram outros que fizeram tudo isso, não a instituição, e reconhecer que esses outros merecem ser punidos, pelo menos aqueles que cometeram atos de tortura — afirmou.

Os senadores que participaram da sessão demonstraram preocupação com a reconstituição exata dos acontecimentos que antecederam o golpe.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) combateu análises que buscam minimizar a violência do regime instalado em 1º de abril de 1964.

— A ditadura foi bastante severa e promoveu a morte e o desaparecimento de muitos. Além disso, fez com que muitos jovens se desinteressassem pela política, trazendo um prejuízo muito grande para as gerações seguintes — avaliou.

A realização de sessão para marcar os 50 anos do golpe e o ato de devolução simbólica do mandato do presidente João Goulart são, na avaliação de Pedro Simon (PMDB-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), manifestações de respeito à verdade histórica.

— É bom que a sessão seja assim: simples, mas com o significado de que estamos aqui, 50 anos depois, para trazer a nossa palavra sobre um movimento que não é a revolução de 31 de março, mas é o golpe de 1º de abril — disse Simon.

Waldir Pires relata “momento deplorável” do Congresso

Na sessão especial do Senado, ontem, Waldir Pires, consultor-geral da República à época do golpe, narrou como foram os acontecimentos nos dois primeiros dias depois da tomada do poder pelos militares.

Ele contou que, na noite de 1º de abril, com o presidente João Goulart no Rio Grande do Sul, ele e Darcy Ribeiro, que chefiava a Casa Civil, receberam no Palácio do Planalto o líder do governo no Congresso, Doutel de Andrade.

— Então, Doutel nos diz: “Eles vão dar o golpe. Eles estão dizendo que o presidente fugiu”. Eu peguei a minha Olivetti e bati a última comunicação da República, um texto rápido dizendo: “O Presidente da República saiu

para Porto Alegre, a convite do comandante do 3º Exército, para defender o processo democrático e para que nós asseguremos a continuidade do processo democrático no país.” — lembrou Pires.

Ele relatou que o deputado Doutel de Andrade voltou ao Congresso e, da tribuna, leu o comunicado, assinado por Darcy. Ainda assim, como recordou Waldir Pires, o presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República.

Para Waldir Pires, o gesto do presidente do Congresso foi um dos atos mais deploráveis e vergonhosos da história política brasileira. Foi ainda, de acordo com Pires, extremamente nocivo ao processo de consolidação da democracia.

Site especial reúne reportagens e depoimentos sobre o golpe de 64

A Agência Senado preparou um site especial reunindo reportagens sobre os momentos que antecederam o golpe de 1964 e uma série de depoimentos, em vídeo, dos atuais senadores sobre aqueles dias de tensão e sobre a luta pela retomada da democracia. A série *Memórias do Golpe* apresenta testemunhos como o de Cristovam Buarque (PDT-DF), que chegou a andar com revólver no bolso depois da intervenção militar. O site traz ainda uma linha do tempo com os fatos que marcaram os anos de chumbo.

Os 21 anos de poder militar foram caracterizados por violência, cassação de direitos políticos, censura, repressão e suspensão das eleições diretas para presidente e governadores. O golpe, que não foi apenas

militar, mas tramado também por setores da sociedade civil, começou a ser desenhado em 1961, com a instabilidade decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Havia nos setores mais conservadores o temor de que a posse do então vice-presidente, João Goulart, empurrasse o Brasil rumo ao socialismo. Uma saída foi a implantação do parlamentarismo, entre 1961 e 1962. O presidencialismo foi retomado em 1963.

Em 1º de abril de 1964, após movimentação de tropas no país, o Congresso declarou vaga a Presidência da República. Ainda em abril, o marechal Castelo Branco foi empossado presidente.

Projeto da Câmara aponta desrespeito à Constituição

Faz três anos que tramita no Congresso proposta da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) com o objetivo de alterar a regra instituída em 1979 (PL 573/2011 na Câmara). Com a mudança sugerida pela deputada, ficam excluídos dos crimes anistiados pela Lei 6.683/1979 aqueles “cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que, de modo efetivo ou suposto, praticaram crimes políticos”.

A proposta incorpora à legislação brasileira normas do direito internacional segundo as quais atos de terrorismo de Estado — tais como homicídio, com ou sem a ocultação de cadáver, tortura e abuso sexual de presos, praticados pelos agentes públicos de segurança contra opositores ao regime militar — qualificam-se como crimes contra a humanidade. Por isso, são insuscetíveis de anistia e de prescrição da punibilidade decretadas por leis nacionais.

Erundina acrescenta, na justificativa, que a Lei da Anistia violou não apenas o sistema internacional de direitos humanos, mas também o artigo 5º da Constituição, que determina que o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça e anistia.

A deputada completa, na justificativa do projeto, que “nenhuma lei anterior à promulgação de uma nova Constituição permanece em vigor quando infrinja algum de seus dispositivos fundamentais”.

Humberto: “Não se pode pôr uma pedra no passado”

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), defendeu a revisão da Lei da Anistia e disse que a sociedade não pode esquecer o que aconteceu durante os 21 anos de ditadura militar.

— As lições de 64 devem estar bem vivas em nossas memórias para que aprendamos com elas e jamais voltemos a repetir tamanho erro. Não se pode simplesmente pôr mais uma pedra no passado e fazer de conta que nada aconteceu. Isso seria uma outra falácia. Não querer de volta aquele tempo não significa que o tenhamos relegado ao esquecimento — afirmou o senador.



Waldemar Barreto/Agência Senado

Accesse o especial da Agência Senado: <http://bit.ly/50anosGolpe>

Autor da proposta que será votada hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia argumenta que demora nos registros é um entrave para a inovação e prejudica a competitividade da economia brasileira



José Cruz/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado

O texto original de Paim recebeu parecer favorável de Luiz Henrique, com emendas de redação que não alteram o conteúdo

Projeto exige concessão de patente em até 180 dias

ENTRE AS PROPOSTAS que devem ser votadas hoje pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), está o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que estabelece prazo máximo de 180 dias para exame e concessão de pedido de patente ou de registro de marca (PLS 316/2013). Se aprovado, o texto segue direto para a Câmara.

Dos outros 40 itens da pauta da CCT, 33 são decretos legislativos sobre autorização ou renovação de concessão para serviço de radiodifusão.

Paim saudou o esforço de

reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), responsável pelo registro de marcas e patentes. Para ele, a demora nos registros é um gargalo para a inovação, pois o prazo médio no Brasil ainda é muito maior que nos países desenvolvidos.

— Não é por acaso que esses países são, de fato, tecnologicamente mais avançados que o Brasil — argumentou.

O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que a demora na concessão de patentes e registro de marcas é

um obstáculo para inventores e empresários brasileiros. Ele recomendou a aprovação do projeto com emendas de redação, sem alterar o conteúdo.

Paim tratou do assunto em pronunciamento no Plenário em setembro de 2013, quando pediu apoio dos senadores ao projeto. Na ocasião, ele sublinhou o “desempenho promissor” do Brasil em número de registro de marcas e patentes, mas lamentou que a demora na liberação de registros prejudique a competitividade da economia.

Pauta tem *Voz do Brasil* como patrimônio cultural

Também está na pauta da CCT o projeto da ex-senadora Marinor Brito que transforma o programa de rádio *A Voz do Brasil* em patrimônio cultural imaterial do país (PLS 19/2011). O parecer favorável do relator, Lobão Filho (PMDB-

MA), com emendas, não foi votado na semana passada devido a pedido de vista feito por Ângela Portela (PT-RR).

Na Comissão de Educação e Cultura (CE), a proposta recebeu três emendas de Mário Couto (PSDB-PA) e parecer

pela rejeição da relatora, Ana Rita (PT-ES). Uma das emendas de Couto retira a obrigatoriedade de transmissão por todas as rádios, em dias e horário determinados. Lobão também excluiu o artigo na emenda dele, sob o argumento de que o conteúdo já está contemplado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/1962). Ele rejeitou as outras emendas de Couto.

O parecer de Ana Rita ainda não foi votado na CE para aguardar análise da CCT. Se for aprovado, o projeto volta para decisão terminativa na CE — ou seja, pode seguir direto para a Câmara, sem passar pelo Plenário do Senado.



Marinor Brito/Agência Senado

A Voz do Brasil é o programa mais antigo do rádio brasileiro ainda em execução

Normas para fogos de artifício podem ser votadas hoje

Projeto que disciplina a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício nacionais e importados pode ser votado amanhã pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A proposta recebeu emendas e voto favorável do relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Se for aprovada, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com 36 artigos, o projeto (PLS 497/2013), do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), trata da classificação e da segurança na fabricação, comercialização e uso dos fogos e estabelece as infrações e sanções pelo mau uso dos artefatos. O texto revoga a atual legislação sobre o assunto (Decreto-Lei 4.238/1942).

O objetivo do autor é evitar os acidentes com fogos de artifício no país. Constam no projeto, entre outras normas, limites mínimos de idade para a compra de fogos, distância mínima de 300 metros entre

a loja e a fábrica e a proibição do uso próximo a hospitais, escolas e vias públicas.

O relator ressaltou que a proposta garante mais direito ao consumidor, mas apresentou algumas emendas. Entre elas, uma que proíbe a venda de fogos de artifício para menores de 18 anos. Para Alvaro Dias, um adolescente de 12 anos ainda não consegue compreender a periculosidade dos produtos.

O relator estabeleceu que a reincidência em qualquer infração enumerada pelo projeto de lei será considerada no prazo de cinco anos. O texto original não estabelecia prazo. Alvaro modificou também artigo que exigia a observância exclusiva de exigências determinadas pelo órgão competente no transporte e tráfego de fogos de artifício. Para ele, esses serviços devem obedecer a regras previstas em todo o ordenamento jurídico.



Porcon RJ

Loja autuada em Caxias (RJ): comércio de fogos deverá ser mais controlado

Ana Amélia quer aumento de recursos para os municípios

A senadora Ana Amélia (PP-RS) considera preocupantes os problemas financeiros enfrentados pelas prefeituras, provocados principalmente pela redução dos repasses de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Para reverter a situação, ela propôs aumentar em dois pontos percentuais o repasse do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinado ao FPM. O aumento está previsto

na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2013, apresentada pela senadora.

Ana Amélia defendeu também a aprovação do projeto que muda o índice de correção das dívidas dos estados e municípios.

— Sem ações concluídas por parte do poder público, as limitações aos estados e municípios permanecerão inevitáveis, com risco ao serviço público e muito aquém das necessidades da população — disse.



Waldemir Borretto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão vota proposta que protege intercambista

Segundo a autora do projeto, estudantes brasileiros vêm sendo ludibriados com propostas que levam a condições sub-humanas. Pauta inclui também ideia de cooperação federativa para grandes eventos

PROJETO DE LEI que busca dar mais segurança a estudantes ou trabalhadores que fazem intercâmbio em outros países (PLS 544/2011) será examinado hoje pela Comissão de Educação e Cultura (CE). Entre os 14 itens da pauta do dia, está também proposta sobre convênios entre União, estados, municípios e o Distrito Federal para eventos de grande repercussão.

O projeto sobre intercâmbios, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), torna obrigatório nos contratos, de forma clara e precisa, o registro de informações sobre remuneração, carga horária, natureza da atividade, cargo, atribuições, moradia e demais dados. Vanessa afirma, na justificativa, que estudantes vêm sendo ludibriados com propostas falsas de estudo e trabalho que muitas vezes levam a condições sub-humanas.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), recomenda a aprovação de substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que insere o conteúdo do projeto na Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008), em vez de criar uma lei nova. O texto seguirá depois para votação final na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O projeto sobre cooperação



Vanessa quer informações detalhadas em todos os contratos de intercâmbio



Cícero recomenda que a proposta faça parte da Lei Geral de Turismo

federativa em grandes eventos (PLS 320/2013), apresentado por Alfredo Nascimento (PR-AM), amplia a Lei 12.663/2012, editada para a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014).

Órgãos no locais

O dispositivo acrescentado estabelece que a União fará convênios para estabelecer o funcionamento de órgãos administrativos e judiciais onde houver eventos de repercussão nacional. O autor destaca eventos internacionais que exigem medidas para garantir a segurança e a

tranquilidade. Segundo ele, os municípios onde acontecerão esses eventos geralmente não têm estrutura suficiente nem competência legal para lidar com todas as circunstâncias. Nascimento ressalta que, apesar da autonomia político-administrativa, o Brasil é uma federação cooperativa.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), defende a aprovação da proposta, que depois segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e para a Comissão de Constituição, Justiça (CCJ), onde receberá decisão terminativa — ou seja, só precisará ser votada no Plenário caso seja apresentado recurso para isso.

Cooperação entre universidades e empresas deve ser analisada

Facilitar a interação entre o meio acadêmico e o setor produtivo é um dos objetivos de projeto de lei que está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje. Já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta também estabelece normas para licitações no âmbito dos projetos de pesquisa, para simplificar compras e aquisições pelas universidades e institutos de pesquisa.

O texto inicial (PLS 619/2011), de Eduardo Braga (PMDB-AM), foi elaborado a partir de sugestão de entidades da área, mas o relator na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC), entendeu que vários artigos reproduzem leis já vigentes, enquanto outros são inconstitucionais. Por isso, ele optou por apresentar substituti-

vo para alterar a Lei da Inovação (Lei 10.973/2004), incluindo conceitos como o de incubadora de empresas e parque tecnológico. Depois de votado na CAE, o projeto segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).



Proposta de Eduardo Braga previa Código de Ciência e Tecnologia

Visto de turista para o Brasil poderá ser feito pela internet

A solicitação e a emissão de visto de turista por estrangeiros poderão passar a ser feitas por meio eletrônico. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deverá discutir a possibilidade hoje, aberta por projeto de lei da Câmara que promove alterações no Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980).

A proposta (PLC 4/2014) também permite a dispensa de visto de turista e de vistos temporários para viajantes a negócios, ou na condição de artista ou desportista, desde que o país de origem confira o mesmo tratamento aos brasileiros. O relator, Jorge Viana (PT-AC), recomendou a aprovação.

A pauta de votações da CRE também inclui projeto de resolução do Senado criando o Grupo Parlamentar Brasil-Cingapura (PRS 3/2014).



Jorge Viana é favorável à aprovação do visto facilitado

A iniciativa foi apresentada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e se caracteriza como um serviço de cooperação interparlamentar integrado por membros do Congresso que a ele livremente aderirem.

Residência pedagógica obrigatória pode ser examinada hoje

A Comissão de Educação (CE) poderá decidir hoje sobre projeto que torna obrigatória residência pedagógica para os professores em formação, semelhante à residência médica oferecida aos estudantes de medicina. A matéria (PLS 284/2012), que já esteve anteriormente em pauta, sem ser votada, tem como autor o senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT).

Blairo argumenta que parte da dificuldade de alfabetização das crianças brasileiras com até 8 anos de idade se deve às condições estruturais na formação dos professores.

O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), apresentou emenda estendendo o alcance da medida a todo o conjunto



Cyro propõe emenda estendendo residência a toda a educação básica

de cursos de formação de professores da educação básica, da creche ao ensino médio, e aumentando o tempo mínimo da residência para 1.600 horas. A medida demandará dos professores dedicação integral (oito horas diárias) pelo período de um ano (200 dias letivos). A proposta receberá decisão terminativa na CE.

Texto visa antecipar feriados que caem no meio da semana

Volta hoje à pauta da Comissão de Educação projeto da Câmara que antecipa para as segundas-feiras a comemoração dos feriados que caírem entre terça e sexta-feira (PLC 296/2009). A regra já vigorou no país por pouco mais de cinco anos, a partir de 1985.

O objetivo do autor, deputado Milton Monti (PR-SP), é acabar com a prática do “enforcamento” de dias úteis entre os feriados, considerado fator de transtornos e prejuízos, principalmente ao comércio. O texto tramita com projeto do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) que transfere os feriados para as sextas-feiras (PLC 108/2009).



Em substitutivo, Cássio sugere exceções ao Carnaval e ao 1º de Maio

O relator, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), recomenda a aprovação do projeto do deputado Monti, mas apresentou substitutivo que inclui o Carnaval, a Semana Santa, o 1º de Maio (Dia do Trabalhador) e o Corpus Christi na lista de feriados que não poderão ser deslocados.

Paulo Paim pede aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que desapropria terras

A proposta de emenda à Constituição que destina aos programas habitacionais ou de reforma agrária os imóveis urbanos ou rurais onde houver trabalho escravo foi defendida por Paulo Paim (PT-RS). Nesses casos, explicou o senador, a PEC 57A/1999 prevê a desapropriação sem direito a qualquer indenização.

Desde 1995, foram libertados pelo Ministério do Trabalho cerca de 45 mil trabalhadores explorados, a maioria no campo, disse Paim. Quanto às cidades, ele destacou que, em São Paulo, desde 2010, cerca de 130 trabalhadores do setor têxtil foram libertados, a maioria bolivianos. O senador afirmou que muitos desses trabalhadores são seduzidos por promessas de emprego,

mas muitos se alimentam mal, dormem mal e trabalham mais de 12 horas por dia.

— Desde 2003, o Código Penal determina que são vítimas do crime de exploração do trabalho escravo aqueles que são submetidos a trabalhos forçados, jornada exaustiva ou condições degradantes. Ou ainda aqueles que forem proibidos de se locomoverem em razão de dívida — lembrou.

Paim também disse que amanhã o Congresso será iluminado de azul, em homenagem aos autistas, e destacou que foi relator do projeto e autor do substitutivo que deu origem à Lei 12.764/2012, instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Documentos comprovam pagamento até a prescrição

Quem recebe uma correspondência, telefonia ou outra cobrança de um fornecedor referente a uma despesa já paga pode precisar apresentar o comprovante, seja boleto, fatura, recibo ou nota fiscal. Também pode ser preciso trocar um produto com defeito de fábrica ou dentro da garantia, ou ainda utilizar um serviço pelo qual se paga preventivamente, como plano de saúde ou seguro do carro.

São muitos comprovantes e é difícil manter todos por muito tempo organizadamente. Por isso, é bom o consumidor verificar se está guardando os documentos certos e por quanto tempo tem que guardá-los.

Não há uma regra única para isso, já que alguns documentos devem ser mantidos por prazo longo e outros só até a cobrança seguinte.

O artigo 206 do Código Civil brasileiro prevê que cada obrigação tem um prazo específico para o credor exigir seu cumprimento. Passado esse período, a dívida prescreve, ou seja, não poderá mais

ser cobrada, mesmo que não tenha sido paga.

No caso de serviços como luz, água, telefone, TV a cabo e cartão de crédito, as prestadoras devem enviar para os consumidores um recibo de quitação anual, que substitui os 12 comprovantes, segundo a Lei 12.007/2009. O Procon-SP adverte que somente terão direito à declaração de quitação anual os consumidores em dia com todas as parcelas ou mensalidades do ano anterior. Caso algum débito seja objeto de contestação judicial, o consumidor terá direito à declaração de quitação apenas dos meses não questionados.

Se o comprovante de quitação anual não for entregue até maio, deve-se procurar a empresa. Se ainda assim a empresa não o enviar, deve-se fazer uma reclamação junto ao Procon. A lei foi originada de proposta (PLS 4.701/2004) do ex-senador Almeida Lima.

Também é possível transformar os documentos em arquivos digitais, que podem ser armazenados no computador.

Saiba mais

Lei 12.007/2009
<http://bit.ly/Lei12007>

Código Tributário Nacional
<http://bit.ly/Lei5172>

Código Civil
<http://bit.ly/Lei10406>

Código de Defesa do Consumidor
<http://bit.ly/Lei8078>

Receita Federal
www.receita.fazenda.gov.br

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça
www.justica.gov.br

Portal do Consumidor — informações e endereços dos Procons em todo o país
www.portaldoconsumidor.gov.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
www.idec.org.br

Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito (Anucc)
www.anucc.org.br

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

POR QUANTO TEMPO GUARDAR OS COMPROVANTES?

IMPOSTO DE RENDA



O contribuinte deve guardar a cópia da declaração anual do Imposto de Renda por cinco anos, contados a partir do primeiro dia útil do ano seguinte. O mesmo vale para os comprovantes de entrega da declaração no banco, comprovantes de aplicações, recibos médicos e escolares e outros documentos que permitiram deduções. Passado esse prazo, a Receita Federal não pode contestar mais.

IPTU, IPVA E OUTROS IMPOSTOS



Os recibos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) deverão ser arquivados pelo prazo de cinco anos, contados do primeiro dia útil do ano seguinte ao do pagamento (na prática, quase seis anos), segundo o Código Tributário Nacional. Esse é o prazo para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios cobrarem os contribuintes.

ÁGUA, LUZ, TELEFONE E GÁS



Os comprovantes de pagamento devem ser guardados por cinco anos, prazo de prescrição da cobrança de taxas previsto no Código Civil.

NOTAS FISCAIS E GARANTIAS



Para possíveis reclamações com o fabricante, o consumidor deve guardar a nota fiscal enquanto durar a garantia legal. Em relação a produtos e serviços não duráveis (alimentos, por exemplo), o prazo é de 30 dias. Para duráveis, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o prazo é de 90 dias. No entanto, em casos de vício oculto

(defeito que aparece após a garantia do fabricante, mas que não é causado por mau uso nem pelo desgaste natural do bem), o prazo começa a correr apenas a partir da data em que o consumidor tomar conhecimento do problema.

CONSÓRCIOS



Os comprovantes de que as parcelas foram quitadas devem ser guardados até o término do consórcio, pois é com a quitação total das cotas, e com a consequente liberação da alienação fiduciária, que se libera o bem. Declarações devem ser guardadas até o encerramento das operações financeiras do grupo e os comprovantes de seguro por mais um ano após o tempo em que ele estiver vigorando.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO



Os recibos devem ser mantidos até que a administradora oficialize a quitação do pagamento do bem e ele seja liberado.

ALUGUEL DE IMÓVEIS E CONDOMÍNIO



Os recibos de quitação de aluguéis devem ser guardados por três anos, prazo que o locador tem para cobrar aluguéis em atraso. O contrato de locação e as declarações referentes deverão ser mantidos com o locatário durante todo o período da locação, até sua desocupação e consequente recebimento do termo de entrega de chaves, e depois por mais três anos. Já os recibos de condomínio devem ser mantidos por cinco anos. É possível pedir à administradora do condomínio ou ao síndico, de tempos em tempos, uma declaração de que não possui débito até o momento.

FATURAS DE CARTÃO DE CRÉDITO E COMPROVANTES DE COMPRA



As faturas devem ser guardadas por um ano. Mantenha os comprovantes dos pagamentos feitos no cartão de crédito por seis meses, em caso de compra à vista, e, no caso de compras parceladas, por cinco anos. Para discussão dos juros aplicados, o prazo é de três anos.

DÍVIDAS, CONTRATOS E FINANCIAMENTOS



Deve-se arquivar os recibos de todas as compras quitadas. Contratos em geral precisam ser conservados até que o vínculo entre as partes seja desfeito. Em caso de financiamento, após o pagamento de todas as prestações e a desalienação do bem, deve-se pedir à empresa um comprovante de quitação que precisa ficar guardado por, pelo menos, dois anos.

CONVÊNIO MÉDICO E PLANO DE SAÚDE



Se for usado para dedução de IR, o recibo deve ser guardado pelo mesmo prazo dele, cinco anos. Se não, apenas por dois anos. Quem tem contrato de seguro-saúde deve guardar os documentos por um ano. A proposta do plano/convênio, o contrato e as declarações referentes a pelo menos um ano antes do último reajuste devem ser guardados por todo o período de contratação.

COMPRA DE IMÓVEIS (TERRENO, CASA, APARTAMENTO)



A proposta, o contrato de compra e venda e os recibos de quitação de imóvel

deverão ser guardados até a escritura ser lavrada e registrada no cartório de registro de imóveis, momento em que o comprador adquire a propriedade plena do imóvel. Se a compra for feita por contratos entre particulares, no entanto, a natureza jurídica é diferente da de relação de consumo e é importante consultar um advogado para saber o prazo.

MULTAS E DOCUMENTOS DO VEÍCULO



É aconselhável que todos os comprovantes de multa sejam guardados por no mínimo dois anos. Já o documento de licenciamento e pagamento do seguro obrigatório deve permanecer com o dono do veículo pelo período de um ano, quando perde o valor e é trocado por um novo documento. Quanto ao certificado de compra e venda do automóvel, ele deve permanecer com o proprietário até que o veículo seja vendido ou trocado. Por lei, o novo proprietário tem no máximo 30 dias para fazer essa transferência, a contar da data da venda que consta do Certificado de Registro de Veículo (CRV). Se o antigo proprietário receber notificação de multa ou de débitos do carro já vendido, porque o novo dono não fez a transferência do veículo, deve solicitar o bloqueio do veículo por falta de transferência. Assim, o novo proprietário só conseguirá licenciar o veículo após efetuar a regularização da transferência.

COMPROVANTES DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS DOMÉSTICOS



O comprovante de pagamento de empregados urbanos deve ser guardado por cinco anos e, de empregados rurais, por dois anos. Esse é o prazo para reclamações trabalhistas. O ideal é pedir

que o empregado assine um recibo simples toda vez que receber um pagamento.

HONORÁRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS



Deverão ser guardados por cinco anos todos os comprovantes de pagamento a profissionais como médicos, advogados, peritos, dentistas e outros.

SEGUROS



A proposta, a apólice e as declarações de pagamento devem ser guardadas por mais um ano após o tempo em que o seguro estiver vigorando. Mas, se o seguro for contratado a crédito, o prazo será de cinco anos.

COMPROVANTES DE MENSALIDADE ESCOLAR



Se usados como abatimento no Imposto de Renda, os comprovantes de mensalidade escolar deverão ser guardados por cinco anos. Caso não sejam utilizados para esse fim, deverão ser mantidos por dois anos.

CONTRACHEQUE



Arquive durante cinco anos para possíveis cobranças de direitos trabalhistas.

HOSPEDAGEM



O prazo para hotel, pensão ou albergue cobrar obrigação relativa a hospedagem e alimentação é de um ano.

INSS



Para efeito de previdência social, profissionais autônomos devem guardar o carnê do INSS até o pedido do benefício da aposentadoria.